

BRASIL E ESTADOS UNIDOS: TUTELA E COOPERAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 28.11.1982

As relações de cooperação e conflito que unem os Estados Unidos e o Brasil são o pano de fundo da visita do presidente Reagan a este país. Embora o presidente norte-americano esteja visitando outros países latino-americanos além do Brasil, há boas razões para acreditar que o principal objetivo desta viagem seja re-alinhar o Brasil com os países do primeiro mundo em troca da contribuição do Governo norte-americano para que o Brasil consiga superar o problema de sua dívida externa sem uma ruptura de caixa que causaria graves prejuízos para o país. É preciso assinalar, entretanto, que uma ruptura de caixa do Brasil implicaria também em grandes prejuízos para os grandes bancos norte-americanos. Ao evitar a insolvência brasileira, portanto, o Governo norte-americano defende os interesses dos seus próprios bancos. Não obstante, deseja, em troca, um realinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Cooperação e tutela misturam-se, assim, de maneira quase inextricável nas relações entre Brasil e Estados Unidos.

- 1 -

Não é fácil avaliar as relações entre dois países. De um lado as relações de imperialismo se confundem com as de cooperação. De outro, é preciso não confundir um país com suas classes dominantes. Apesar da hegemonia ideológica que estas exercem sobre o restante da população, a distinção é essencial.

No caso das relações Brasil-Estados Unidos, a estreita aliança entre as classes dominantes dos dois países sempre foi um fato. Mesmo na época em que se falava em certo nacionalismo da burguesia, esse nacionalismo industrializante jamais chegou a criar um sentimento antiamericano. Quando as multinacionais industriais principalmente norte-americanas entraram em massa no Brasil, nos anos cinquenta, a aliança entre a burguesia local e as multinacionais consolidou-se. E essa aliança foi selada com a Revolução de

1964, no qual, embora minoritária, a participação imperialista dos Estados Unidos é conhecida.

A partir de 1974, entretanto, depois de quase 30 anos de expansão, as economias capitalistas em todo o mundo entraram em crise. A onda longa de Kondratieff do pós-guerra o avião, a televisão, os computadores, a indústria petroquímica e a segunda onda de desenvolvimento da indústria automobilística perdiam força desde o final dos anos sessenta e afinal entraram em colapso com o primeiro choque do petróleo em 1973.

A crise da economia mundial irá refletir-se negativamente nas relações entre os países, especialmente entre aqueles que mantêm relações econômicas estreitas como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil. O crescente protecionismo norte-americano, expresso na taxação de produtos industriais brasileiros exportados com subsídios (que, afinal, apenas compensaram nosso cruzeiro ainda sobre-valorizado), são uma indicação desse fato.

No caso brasileiro, entretanto, o problema tornou-se mais grave na medida em que os sucessivos governos norte-americanos sentem uma enorme dificuldade em re-conhecer o grande processo de acumulação de capital ocorrido no Brasil nos últimos trinta anos. Nesses termos insistem em manter para com o Brasil uma relação de tutela, que, obviamente, deixa cada vez mais de fazer sentido. Depois do momento de glória para a tutela norte-americana que foi 1964, quando houve uma perfeita e momentânea identidade de interesses entre o stablishment norte-americano e as classes dominantes brasileiras (burguesia e classe média tecnoburocrática), as condições para uma política imperialista, que pretenda manter o país subordinado em troca de vários tipos de pequenos favores econômicos e de uma aliança básica com sua classe dominante, foram perdendo suas bases.

-2-

As razões para as relações de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos são, sem dúvida, inúmeras. A primeira e a mais óbvia delas é a de que os Estados Unidos detém a hegemonia do mundo capitalista e o Brasil é uma formação social predominantemente capitalista. Por outro lado, os Estados Unidos são um país democrático, que, apesar de todas as limitações de sua democracia, serve de modelo para as elites brasileiras. Para

estas o projeto implícito de Brasil que impõem ao resto da sociedade é a de reproduzir a sociedade de consumo e a democracia norte-americana. Esta é uma estratégia óbvia da burguesia local, que usa o modelo da sociedade norte-americana como instrumento ideológico de dominação interna. E contrapõe esse modelo ao modelo estatal soviético, como se essas fossem as duas únicas alternativas.

Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos, entretanto, não se confundem com suas classes dominantes e seus intelectuais orgânicos. Há bases para cooperação em outros níveis. Há, por exemplo, um grande número de representantes da classe média assalariada, principalmente de intelectuais de esquerda no Brasil e de liberais Keynesianos ou radicais neo-marxistas nos Estados Unidos, que podem ter entre si amplas faixas de objetivos comuns. Na denuncia da concentração de renda existente no Brasil, da mesma forma que na crítica ao autoritarismo brasileiro, ambas realizadas durante os anos setenta, o papel dos brasilianistas e mesmo de alguns políticos norte-americanos foi importante. Contribuíram de forma significativa para o trabalho dos intelectuais e políticas de oposição brasileiros, que, então, dedicavam-se a definir e a denunciar o modelo brasileiro de acumulação em marcha e a nova dependência a ele associada.

-3-

No plano das relações entre governos e classes dominantes dos dois países, entretanto, a cooperação básica vem sendo matizada por relações de conflito. Esse conflito espelha-se em uma política externa independente inaugurada no Governo Geisel e aprofundada no Governo Figueiredo, embora já tivesse precedentes no início dos anos sessenta. O recente discurso do Presidente Figueiredo na ONU é, nesse sentido, um documento fundamental. Sem hostilizar os Estados Unidos, o Brasil deixou claro seu alinhamento com os países do terceiro mundo, e sua absoluta inconformidade com a ordem econômica internacional hoje existente, mantida sob a égide dos Estados Unidos.

A independência brasileira em matéria de política externa teve um de seus pontos altos no reconhecimento do Governo de Angola, em 1975. Irritado com o fato, o então Secretário de Estado, Kissinger, solicitou ao nosso Ministro das Relações Exteriores, Silveira, em um jantar com varias testemunhas, que consultasse os Estados Unidos antes

de tomar decisões desse tipo, dados os grandes interesses dos Estados Unidos em todo o mundo. Kissinger, obviamente, ao fazer essa solicitação, não percebia que os tempos da tutela pura e simples dos Estados Unidos sobre o Brasil haviam acabado. Modesta e ironicamente o nosso chanceler retrucou que nossos interesses limitavam-se à América Latina e à África, de forma que o Brasil concordaria com um sistema de consultas prévias desde que os Estados Unidos concordassem com a recíproca em relação apenas à América Latina e a África... Naturalmente a conversa entre os dois chanceleres parou aí.

-4-

Esta crescente independência do Brasil está diretamente relacionada com o grande desenvolvimento do Brasil, principalmente quando comparado com os Estados Unidos. Esse país emergiu da Segunda Guerra Mundial como a grande potencia hegemônica. E mantém-se até hoje nessa situação, mas de forma cada vez mais debilitada. No plano econômico os Estados Unidos são claramente um país decadente. Isto é verdade em relação aos países estatais liderados pela União Soviética, aos países da Europa Ocidental e ao Japão, e também em relação a diversos países subdesenvolvidos, principalmente em relação ao Brasil. O quadro I deixa este fato muito claro. Vemos por esse quadro

QUADRO I

Relação entre o PNB dos Estados Unidos e de alguns Países Selecionados
(vezes)

PAÍSES	1950	1980
União Soviética	2,9	2,1
Japão	9,4	2,2
Alemanha	7,3	3,1
França	6,7	4,1
Inglaterra	4,7	5,8
Brasil	30,3	10,6
México	72,0	17,9
Argentina	19,6	38,9

Fonte: Banco Mundial e Simon Kuznets.

em 1950 o Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos era 30,3 vezes mais do que o do Brasil, reduzindo-se essa relação para 10,6 vezes em 1980. A mesma tendência ocorreu para a maioria dos demais países. Entre os países que aparecem no quadro a situação relativa dos Estados Unidos só melhorou nesse período em relação a dois países ainda mais decadentes: Inglaterra e Argentina.

O grande desenvolvimento do Brasil quando comparado com o dos Estados Unidos está na base de mudança qualitativa nas relações entre os dois países. Depois de um extraordinário processo de acumulação de capital e da implantação de um sofisticado parque industrial no Brasil, é impossível pretender manter as relações entre os dois países nos mesmos termos dos anos quarenta. Enquanto em 1950 o Brasil era ainda um país tipicamente subdesenvolvido, primário-exportador, hoje mais da metade das exportações brasileiras são de produtos industrializados. Enquanto em 1950 a oligarquia agrário-mercantil baseado no latifúndio e no café tinha ainda grande importância, hoje a hegemonia do capital industrial associado a uma sofisticada classe média tecnoburocrática estabelece objetivos de industrialização e desenvolvimento muito mais claros para o país. Ninguém mais discute a eventual “vocação essencialmente agrária” do Brasil, como se fazia ainda nos anos cinqüenta, nem afirma que a inferioridade intrínseca do Brasil por motivos de raça, clima ou religião. Estas eram manifestações do que foi chamado de “complexo de inferioridade colonial”. Os debates hoje, no Brasil, são outros.

O fato objetivo é que o Brasil, desde os anos trinta, vem ocorrendo uma profunda modificação na natureza das classes dominantes e, em conseq encia, das elites dirigentes. Ao contrário do que acontece no Chile ou na Argentina, onde o capital agrário-mercantil continua hegem nico, aqui ele cedeu terreno para o capital industrial e para a tecnoburocracia. Em função disto, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos tiveram necessariamente que mudar no sentido de uma maior independência do Brasil.

-5-

Isto não significa, entretanto, que nacionalismo esteja aumentando no Brasil. Especialmente se definirmos nacionalismo como a oposição ao “capital estrangeiro”,

como era feito até os anos cinquenta, houve uma clara diminuição do sentimento nacionalista.

A crise do nacionalismo populista, contrário ao capital estrangeiro está associada com a entrada em massa das empresas multinacionais na indústria brasileira, que ocorreu principalmente a partir dos anos cinquenta. Esse fato histórico novo (que já analisei em artigo de 1963 e depois na primeira edição de Desenvolvimento e Crise no Brasil, 1967) teve como consequência fundamental invalidar o diagnóstico corrente ainda nos anos cinquenta e início dos anos sessenta de que as grandes potências imperialistas estavam associadas ao capital agrário-mercantil para impedir a industrialização do Brasil. Daí a necessidade de um pacto populista entre a “burguesia nacional” e os trabalhadores para promover em termos nacionalistas o desenvolvimento do país.

Essa análise tinha uma razoável validade até o início dos anos cinquenta, quando as empresas internacionais estavam principalmente dedicadas, no Brasil, aos serviços públicos e ao comércio (em outros países, também à mineração e às plantations), e não à indústria. A grande revolução representada pelas empresas multinacionais ocorreu, efetivamente, a partir dos anos cinquenta, quando as grandes empresas industriais dos países centrais, diante das crescentes dificuldades do comércio mundial para seus produtos manufaturados, decidem descentralizar em escala mundial sua produção.

A partir desse momento, as empresas multinacionais passam a se comprometer intrinsecamente com a industrialização e o desenvolvimento do mercado interno (para o qual estavam principalmente voltadas) do Brasil. É verdade que associam-se também a um forte processo de concentração de renda, agora incluindo as classes médias (burguesas e tecnoburocráticas), na medida que uma parte considerável dos produtos que fabricam são bens de consumo de luxo, pelo menos do ponto de vista de um país com uma população pobre tão grande como a brasileira.

Em qualquer hipótese, a entrada em massa das empresas multinacionais industriais no país, levando os investimentos diretos a superarem as remessas de lucros (inclusive, provavelmente, as disfarçadas) invalidou o velho diagnóstico nacionalista populista não apenas ao nível das classes dominantes, mas também em amplos setores da esquerda

brasileira. Ficou claro para muitos de nós que a nova dependência criada pelas empresas multinacionais exigia novos critérios críticos em relação às multinacionais. Devia-se agora criticar o caráter (1) oligopolista, (2) concentrador de renda e (3) obstaculizador do desenvolvimento de uma tecnologia nacional. E, além, disso, tornou-se evidente que afinal não havia uma diferença tão grande entre as empresas multinacionais e as grandes empresas locais, do ponto de vista de interesses dos trabalhadores. O nacionalismo populista fora uma forma de mascarar a luta de classes. A luta de trabalhadores por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por participação nos processos de trabalhos, por representação sindical efetiva e por democracia autentica encontrava e encontra obstáculos semelhantes na burguesia local e nas empresas multinacionais.

-6-

O advento das multinacionais, industriais, em última análise, não contribuiu para piorar as relações entre Brasil e Estados Unidos. Nos anos setenta, entretanto, um novo tipo de dependência estabeleceu-se entre os dois países através do grande endividamento externo do Brasil em relação principalmente aos grandes bancos norte-americanos. Não importa agora discutir as causas e as culpas desse endividamento. O certo é que o descontrole do endividamento externo brasileiro somado à crise de economia mundial levaram o Brasil, com seus 80 bilhões de dólares de dívida, a uma situação de prática insolvência.

Esta situação é grave para o Brasil, mas é também extremamente arriscada (e relativamente mais grave) para os grandes bancos norte-americanos. Uma quebra de caixa do Brasil pode facilmente levar alguns desses bancos à falência. E é preciso lembrar que um estado nacional pode ter uma ruptura de caixa e suspender seus pagamentos internacionais, mas não pode ir à falência e fechar, enquanto que um banco, por maior que ele seja, está sujeito aos riscos da falência.

Por isso, se formos buscar uma causa mais específica para a súbita visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil, esta será provavelmente necessidade de encontrar uma solução para a dívida externa do país que não ponha em risco os grandes bancos norte-americanos. Estes, da sua parte, ainda que nos recomendem austeridade, estão desenvolvendo todos os esforços para evitar a ruptura de caixa do Brasil, a qual, se

ocorrer, decorrerá do fato de que os pequenos bancos e os capitalistas privados recusam – se a emprestar para o Brasil; não decorrerá da suspensão voluntária de empréstimos por parte dos grandes bancos.

Mas os grandes bancos, sozinhos, provavelmente não serão capazes de manter a situação sob controle. Inclusive porque as autoridades econômicas brasileiras revelam a respeito do assunto uma timidez e uma atitude de dependência deploráveis, que afinal não ajudam os grandes bancos a sair da dificuldade.

Nesses termos, a solução, do ponto de vista dos grandes bancos, é recorrer ao auxílio do FMI e do Governo norte-americano. Este, como representante legítimo do capital monopolista financeiro (e industrial) norte-americano parte em defesa de seus representados. Da mesma forma que a provável entrada do Brasil no FMI, a presença aqui do presidente norte-americano servirá como uma espécie de aval para a continuidade do giro de nossa dívida.

É preciso, entretanto, saber quais serão os custos que será preciso pagar por isso. Eles serão maiores ou menores, dependendo da nossa capacidade de formular uma política econômica austera mas não generalizadamente recessiva. Nesse sentido nossas autoridades econômicas têm dado amplas demonstrações de sua incapacidade e paralisação nesse assunto. Ao contrário do que acontece com nossa diplomacia, revelam uma subordinação à ortodoxia monetarista e conservadora, vigente nos Estados Unidos e encarnada na política do Presidente Reagan, que dificulta qualquer ação mais firme.

Neste caso, entretanto, o problema é menos de conflito de interesses e mais de incapacidade das classes dominantes e das autoridades econômicas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos de perceber que, diante das novas realidades do capitalismo oligopolista e estatal contemporâneo, são necessárias e viáveis novas formas de enfrentar as crises econômicas.

Na verdade, o que se verifica tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, é uma incompatibilidade entre o desenvolvimento do capitalismo monopolista tecnoburocrático e as práticas conservadoras de política econômica, que insistem em pretender que o livre jogo das forças do mercado é capaz de coordenar os respectivos sistemas econômicos.

Esta incompreensão conjunta, cuja base ideológica esta sediada nos Estados Unidos, revela, de um lado, o imperialismo ideológico norte-americano e a subserviência ideológica na brasileira; mas revela, de outro lado, que, na condição de dois países industriais, que alcançaram (apesar de todas as suas diferenças) o estágio do capitalismo monopolista tecnoburocrático, têm ambos os problemas comuns de administração de suas sociedades e de suas economias. Talvez possam discutir e trocar experiências sobre como enfrentar e administrar esses problemas.(28/11/82)